



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

LIDERANÇAS - 2013

BLOCO TRANSPARÊNCIA E RESULTADO - BTR - (COLIGAÇÃO PSDB - PSD - DEM - PEN - PHS - PPS - PR - PRTB - PTdoB -)

Líder: Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líderes:

BLOCO AVANÇA MINAS - BAM - (COLIGAÇÃO PV - PTB - PSC - PSB - PP - PMN - PTC - PCdoB -)

Líder: Deputado Tiago Ulisses
Vice-Líderes: Deputado Inácio Franco

PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT

Líder: Deputado Paulo Guedes.
Vice-Líderes: Deputada Maria Tereza Lara, Deputados Pompílio Canavez e Rogério Correia.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB

Líder: Deputado Adalclever Lopes.
Vice-Líderes: Deputados Sávio Souza Cruz e Vanderlei Miranda.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta.
Vice-Líder: Deputado Sargento Rodrigues

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder: Deputado Ulysses Gomes.

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Deputado Bonifácio Mourão.
Vice-Líderes: Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Deiró Marra, Leonardo Moreira, Luiz Henrique e Neider Moreira.

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Corrêa	BTR	Presidente
Deputado Inácio Franco	BAM	Vice-Presidente
Deputado Leonardo Moreira	BTR	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	(vaga cedida pelo BTR)
Deputado Antônio Carlos Arantes	BAM	
Deputado Rogério Correia	PT	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Jayro Lessa	BTR	
Deputado Juarez Távora	BAM	
Deputado Célio Moreira	BTR	
Deputado Tenente Lúcio	PDT	(vaga cedida pelo BTR)
Deputado Romel Anizio	BAM	
Deputado Ulysses Gomes	PT	



Deputado Sávio Souza Cruz

PMDB

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo Lamac	PT
Deputado Pompílio Canavez	PT
Deputado João Leite	BTR
Deputada Luzia Ferreira	BTR Presidente “ad hoc”
Deputado Carlos Pimenta	PDT (vaga cedida pelo BTR)

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir Paraca	PT
Deputado Paulo Guedes	PT
Deputado Duarte Bechir	BTR
Deputado Rômulo Viegas	BTR
Deputado Lafayette de Andrada	BTR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa	BTR	Presidente
Deputado Leonídio Bouças	PMDB	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputado Juarez Távora	BAM	
Deputado Gustavo Perrella	PDT (vaga cedida pelo BAM)	
Deputado André Quintão	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de Andrada	BTR	
Deputado Gilberto Abramo	PRB (vaga cedida pelo PMDB)	
Deputado Bonifácio Mourão	BTR	
Deputado Gustavo Corrêa	BTR	
Deputado Romel Anizio	BAM	
Deputado Tiago Ulisses	BAM	
Deputado Rogério Correia	PT	

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elismar Prado	PT	Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	Vice-presidente
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputado Tiago Ulisses	BAM	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir Paraca	PT	
Deputado Lafayette de Andrada	BTR	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR	
Deputado Rômulo Veneroso	BAM	
Deputado Zé Maia	BTR	

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10h45min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Ana Maria Resende	BTR	
Deputado Glaycon Franco	BTR	Presidente “ad hoc”
Deputado Cabo Júlio	PMDB	
Deputada Liza Prado	BAM	
Deputado Almir Paraca	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Fred Costa	BTR	
Deputado Doutor Wilson Batista	BTR	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB	
Deputado Antônio Carlos Arantes	BAM	
Deputada Maria Tereza Lara	PT	

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Rômulo Veneroso	BAM	Presidente
Deputado Fred Costa	BTR	Vice-Presidente
Deputada Liza Prado	BAM	
Deputado Duílio de Castro	BAM	
Deputado Adalclever Lopes	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de Andrada	BTR	
Deputado Romel Anizio	BAM	
Deputado Braulio Braz	BAM	
Deputado Tiago Ulisses	BAM	
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB	

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo	PT	Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rogério Correia	PT (vaga cedida pelo PDT)	
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Zé Maia	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza Lara	PT	
Deputado Bonifácio Mourão	BTR	
Deputado Paulo Lamac	PT (vaga cedida pelo PDT)	
Deputado Duarte Bechir	BTR	
Deputado Célio Moreira	BTR	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Duarte Bechir	BTR	Presidente
Deputada Maria Tereza Lara	PT	Vice-Presidente
Deputado Bosco	BTR	
Deputado Deiró Marra	BTR	



Deputado Elismar Prado

PT (vaga cedida pelo PDT)

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Neilando Pimenta

BTR

Deputada Luzia Ferreira

BTR

Deputado Rômulo Viegas

BTR

Deputado Rogério Correia

PT

Deputado Paulo Lamac

PT (vaga cedida pelo PDT)

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marques Abreu

BAM

Presidente

Deputado Ulysses Gomes

PT

Vice-Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite

PMDB

Deputado Mario Henrique Caixa

BAM

Deputado Tenente Lúcio

PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Juarez Távora

BAM

Deputado Cabo Júlio

PMDB

Deputado Tiago Ulisses

BAM

Deputado André Quintão

PT

Deputado Carlos Pimenta

PDT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias: - quartas-feiras – 14 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia

BTR

Presidente

Deputado Jayro Lessa

BTR

Vice-Presidente

Deputado João Vitor Xavier

BTR

Deputado Lafayette de Andrada

BTR

Deputado Adalclever Lopes

PMDB

Deputado Ulysses Gomes

PT

Deputado Romel Anizio

BAM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Luiz Humberto Carneiro

BTR

Deputado Gustavo Corrêa

BTR

Deputado Sebastião Costa

BTR

Deputado João Leite

BTR

Deputado Ivair Nogueira

PMDB

Deputado Paulo Guedes

PT

Deputado Tiago Ulisses

BAM

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio Moreira

BTR

Presidente

Deputado Duarte Bechir

BTR

Vice-Presidente

Deputado Gustavo Corrêa

BTR

Deputado Rômulo Veneroso

BAM

Deputado Sávio Souza Cruz

PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de Andrada

BTR



Deputado Gustavo Valadares	BTR
Deputada Luzia Ferreira	BTR
Deputado Inácio Franco	BAM
Deputado Ivair Nogueira	PMDB

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras - 16h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB	Presidente
Deputado Tiago Ulisses	BAM	Vice-Presidente
Deputado João Vitor Xavier	BTR	
Deputado Juarez Távora	BAM	
Deputado Carlos Henrique	PRB (vaga cedida pelo BTR)	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes	PMDB
Deputado Rômulo Veneroso	BAM
Deputado Lafayette de Andrada	BTR
Deputado Antônio Carlos Arantes	BAM
Deputado Bosco	BTR

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Quintão	PT	Presidente
Deputada Maria Tereza Lara	PT	Vice-Presidente
Deputado Fred Costa	BTR	
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	
Deputado Neilando Pimenta	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Lamac	PT
Deputado João Vitor Xavier	BTR
Deputado Bosco	BTR
Deputado Duarte Bechir	BTR
Deputado Ulysses Gomes	PT

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes	BAM	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	Vice-Presidente
Deputado Inácio Franco	BAM	
Deputado Romel Anizio	BAM	
Deputado Paulo Guedes	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputado Glaycon Franco	BTR
Deputado Duilio de Castro	BAM
Deputado Antonio Lerin	BAM
Deputado Durval Ângelo	PT

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor Wilson Batista	BTR	Presidente
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR	Vice-Presidente
Deputado Antonio Lerin	BAM	
Deputado Deiró Marra	BTR	
Deputado Gilberto Abramo	PRB (vaga cedida pelo PMDB)	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Duarte Bechir	BTR	
Deputado Lafayette de Andrada	BTR	
Deputado Tiago Ulisses	BAM	
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB	

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos Mosconi	BTR	Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT	Vice-Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista	BTR	
Deputado Arlen Santiago	BAM	
Deputado Pompílio Canavez	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	
Deputado Celinho do Sinttrocel	BAM (vaga cedida pelo BTR)	
Deputado Glaycon Franco	BTR (vaga cedida pelo BAM)	
Deputado Durval Ângelo	PT	

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite	BTR	Presidente
Deputado Sargento Rodrigues	PDT (vaga cedida pelo PT)	Vice-Presidente
Deputado Cabo Júlio	PMDB	
Deputado Lafayette de Andrada	BTR	
Deputado Leonardo Moreira	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB	
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Duarte Bechir	BTR	
Deputado Tenente Lúcio	PDT (vaga cedida pelo PT)	

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis	BAM	Presidente
Deputado Bosco	BTR	Vice-Presidente
Deputado Neilando Pimenta	BTR	



Deputado Celinho do Sinttrocel BAM
Deputado Juninho Araújo BAM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tiago Ulisses BAM
Deputada Luzia Ferreira BTR
Deputada Ana Maria Resende BTR
Deputado Marques Abreu BAM
Deputado Braulio Braz BAM

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ivair Nogueira PMDB Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel BAM Vice-Presidente
Deputado Paulo Guedes PT
Deputado Gustavo Valadares BTR
Deputado Anselmo José Domingos BAM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes PMDB
Deputado Elismar Prado PT
Deputado Deiró Marra BTR
Deputado Juarez Távora BAM
Deputado Inácio Franco BAM

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Perrella PDT Presidente
Deputado Braulio Braz BAM Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva BTR
Deputada Ana Maria Resende BTR
Deputado Almir Paraca PT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta PDT
Deputado Antônio Carlos Arantes BAM
Deputado Luiz Humberto Carneiro BTR
Deputado Zé Maia BTR
Deputado Elismar Prado PT

Ouvidor-Geral: Deputado Inácio Franco

SUMÁRIO**1 - ATAS**

- 1.1 - 3ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada à entrega ao Sr. Marco Mazzu Presidente da Fiat Industrial Latin América do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais
- 1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



ATA DA 3ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/3/2013

Presidência do Deputado Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento - Abertura - Atas - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução dos Hinos da Itália e do Brasil - Palavras do Secretário Agostinho Patrus Filho - Entrega de título - Palavras do Sr. Marco Mazzu - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Leite.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Hely Tarquínio) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

Atas

- O Deputado Ivair Nogueira, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Destinação da Reunião

A locutora - Destina-se esta reunião à entrega ao Sr. Marco Mazzu, Presidente da Fiat Industrial Latin America, do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, concedido, a requerimento do Secretário Agostinho Patrus Filho, pelo Governador do Estado, por meio de decreto publicado no “Diário do Executivo”, em 1º/3/2011.

Composição da Mesa

A locutora - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Deputado Agostinho Patrus Filho, Secretário de Estado de Turismo e autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, representando o Governador do Estado, Antonio Anastasia; Marco Mazzu, Presidente da Fiat Industrial Latin America; Deputado Federal Eduardo Azeredo; e Marcelo de Souza e Silva, Secretário Municipal Adjunto de Desenvolvimento Econômico de Belo Horizonte, representando o Prefeito Municipal, Marcio Lacerda; e a Exma. Sra. Maria Pia Calisti, Consulesa da Itália em Belo Horizonte.

Registro de Presença

A locutora - Gostaria de registrar a presença dos Exmos. Srs. Giacomo Regaldo, Presidente da Câmara de Comércio Italiana de Minas Gerais; e Valentino Rizzoli, Vice-Presidente do Grupo Fiat-Chrysler. Registramos, ainda, o envio de mensagens dos Exmos. Srs. Senador Aécio Neves e Deputado Federal Marcos Montes e da Exma. Sra. Dorothea Werneck, Secretária de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais.

Execução dos Hinos da Itália e do Brasil

A locutora - Ouviremos agora o Hino Nacional da Itália e, em seguida, o Hino Nacional do Brasil.

- Procede-se à execução dos Hinos Nacionais.

Palavras do Secretário Agostinho Patrus Filho

Muito boa noite, senhoras, senhores, permitam-me saudar o Deputado Hely Tarquínio, Vice-Presidente da Assembleia Legislativa, que hoje preside esta reunião representando o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Casa. Quero saudar também o Exmo. Sr. Marco Mazzu, nosso homenageado e Presidente da Fiat Industrial Latin America; a família do homenageado - sua esposa Luciane, suas filhas Giulia e Rebeca, e seu filho Stefano -; o Governador; o Senador; o hoje Deputado Federal Eduardo Azeredo; o Exmo. Sr. Marcelo de Souza e Silva, representante do Prefeito Marcio Lacerda; o Cônsul da Itália; a Exma. Sra. Maria Pia Calisti; o Deputado Estadual Ivair Nogueira, grande Líder, representante de Betim nesta Casa; o Sr. Valentino Rizzoli, Vice-Presidente do Grupo Fiat-Chrysler; a Exma. Sra. Silvana Rizzoli, Presidente da UBQ; o Sr. Giacomo Regaldo, Presidente da Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio, Indústria e Artesanato; e o Exmo. Sr. Alberto Medioli, Vice-Presidente da Câmara Italiana.

Incumbiu-me o Governador Antonio Anastasia que aqui viesse, representando-o nesta homenagem, e pediu-me que trouxesse suas palavras ao nosso homenageado. Portanto, leio a mensagem do Governador (- Lê.): “Visto que compromissos anteriormente assumidos me impedem de estar presente, registro os meus cumprimentos ao Sr. Marco Mazzu, Presidente da Fiat Industrial, que nesta reunião especial recebe da Assembleia Legislativa o título de Cidadão Honorário, justo reconhecimento à sua grande contribuição para o desenvolvimento econômico de Minas Gerais.

Ao assumir o comando das empresas do Grupo Fiat, Marco Mazzu traçou metas para o seu crescimento, todas elas cumpridas. Foi executado um programa que, desde 2007, direcionou investimentos da ordem de R\$570.000.000,00 para as operações brasileiras. A empresa triplicou a capacidade produtiva de caminhões semipesados e pesados na fábrica de Sete Lagoas, onde também instalou uma linha de veículos militares blindados. Lançou novos produtos e investiu em um centro de desenvolvimento de produtos. Ampliou também a sua rede de concessionários. Sob a gestão de Marco Mazzu, a empresa foi a que mais cresceu em seu setor, fechando 2012 com uma participação no mercado nacional de caminhões próximo a 10%.



Compromisso, planejamento e determinação foram os trunfos do sucesso. Pela dedicação e afincamento com que o Sr. Marco Mazzu conduziu a Presidência da Iveco e da New Holland, registro meus cumprimentos pela merecida homenagem que hoje recebe dos nobres Deputados e agradeço, em nome dos mineiros, a sua grande contribuição para o desenvolvimento econômico e social de nosso Estado. Antonio Augusto Junho Anastasia, Governador do Estado.”

Passo agora a proferir minhas palavras como Deputado autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Marco Mazzu nasceu em Torino, a Capital do Piemonte. Lá cresceu vendo a pujança da cidade; lá focalizou sobretudo o desenvolvimento da indústria automotiva, implantada na região pela visão aguçada dos Agnelli. Imagino que Mazzu, quando jovem estudante, viu nos mapas geográficos, na distante América do Sul, aquele país chamado Brasil e não podia imaginar que um dia chegaria àquela terra, um país muito jovem, e que traria sua contribuição de engenheiro formado pelo renomado Politécnico de Torino e com MBA em Administração pela Perdue University, nos Estados Unidos. Era o ano de 1991, e atuou, inicialmente, como Diretor Industrial da empresa Elevadores Otis. Começou a fincar aqui suas raízes ao conhecer sua hoje esposa Luciane, que, com companheirismo e dedicação, propicia a Mazzu grande estabilidade para enfrentar os grandes desafios de sua carreira profissional.

Juntos, Luciane e Marco Mazzu constituíram uma família singular: Giulia, a primogênita, é italiana; Rebecca, inglesa; e Stephano, o caçula, brasileiro. E assim Mazzu, piemontês, cidadão do mundo, integra-se ao montanhoso Estado das Gerais em 1995, já atuando em empresas do grupo Fiat. Aqui ocupou diversas posições relevantes e assumiu muitas responsabilidades. Depois de uma nova temporada italiana na Fiat Auto, Marco Mazzu retorna em 2002 ao Brasil, como Diretor-Superintendente da Case New Holland, em Curitiba, onde comandou as áreas de tratores. Ainda na empresa assumiu a Presidência da área agrícola na Europa e, em seguida, a responsabilidade da marca New Holland no nível mundial. Em 2007 Mazzu é nomeado para o cargo de Presidente da Iveco Latin America, uma das maiores produtoras de caminhões do mundo e a maior produtora de ônibus da Europa. Sob sua gestão, a empresa lança em Sete Lagoas o programa Próximo Passo. Pioneiro no Brasil, o programa desenvolve ações de curto e longo prazos em benefício da comunidade, de clientes, funcionários e fornecedores. A implantação envolve o uso racional de recursos, reciclagem, ética, cidadania, capacitação e desenvolvimento.

Com o objetivo de promover a capacitação profissional e educação ambiental de jovens e adultos, ganharam todos os moradores e a cidade de Sete Lagoas. Ainda sob sua responsabilidade, em 2009, a Iveco dá mais um importante passo no mercado mundial e inaugura também na cidade mineira o primeiro centro de desenvolvimento de produtos da Iveco fora da Europa.

As inúmeras mudanças de países, de rotina, de climas e sabores exigem adaptações e sacrifícios. Aqui Mazzu encontrou semelhanças, suplantou diferenças, agregou novos hábitos e, hoje, é um cidadão de Minas Gerais, um cidadão do Brasil. E faz por merecer essa homenagem do povo mineiro.

Por tudo isso, por tudo mais que haveria de dizer, Marco Mazzu é definitivamente um cidadão do mundo que guarda no fundo do peito sua conquistada cidadania mineira. Minas e os mineiros deram ao grupo Fiat e a Mazzu seu acolhimento, sua cooperação, sua amizade, e encontraram em Mazzu inúmeras qualidades mineiras. Enfeixando-as todas, concluímos que esta Casa Legislativa nada mais lhe dá, Mazzu, do que você conquistou. Assim afirmamos com as palavras de Aristóteles: “A grandeza não consiste em receber honras, mas, sim, em merecê-las”.

Parabéns ao italiano, ao amigo, ao competente, ao dedicado e ao agora mineiro Marco Mazzu. Muito obrigado.

Entrega de Título

A locutora - O Deputado Hely Tarquínio, representando o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa, fará a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Marco Mazzu, Presidente da Fiat Industrial Latin America, passando-lhe às mãos o diploma. O título a ser entregue contém os seguintes dizeres: “O Governador do Estado de Minas Gerais, nos termos do decreto publicado no dia 1º/3/2011 e a requerimento da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, concede ao Sr. Marco Mazzu o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, em reconhecimento à relevante contribuição para o desenvolvimento socioeconômico do Estado, no setor industrial automobilístico”.

O Sr. Presidente - Neste momento convido o ilustre Deputado Agostinho Patrus Filho para se posicionar também no local, para a entrega do título.

- Procede-se à entrega do título.

Palavras do Sr. Marco Mazzu

Boa noite a todos: Exmos. Srs. Deputado Hely Tarquínio, 2º-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, representando o Presidente, Deputado Dinis Pinheiro; Deputado Agostinho Patrus Filho, Secretário de Turismo e autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, representando o Governador do Estado Antonio Anastasia; Deputado Federal e Governador Eduardo Azeredo; Marcelo de Souza e Silva, Secretário Municipal Adjunto de Desenvolvimento Econômico de Belo Horizonte, representando o Prefeito Marcio Lacerda; e Vereador Pablo César, o Pablito; e a Exma. Sra. Maria Pia Calisti, Consulesa da Itália em Belo Horizonte. Boa noite a todos os queridos amigos, colegas da Fiat Industrial. Tudo isso faz parte do coração e de tantos anos de trabalho. Fico feliz que estejam aqui comigo.

Gostaria de dizer que me sinto verdadeiramente honrado por ter sido convidado pela Casa, que representa o povo do Estado de Minas Gerais, em uma ocasião como esta. Ser contemplado com esse título é como receber um forte abraço desta terra, onde eu e minha família fomos tão bem recebidos. Minas Gerais é provavelmente o lugar mais acolhedor que já tive o prazer de conhecer na minha longa jornada de mais de duas décadas passadas fora da Itália, minha terra natal. É um local em que o estrangeiro não se sente estrangeiro. Sentir-se em casa é uma característica que auxilia uma pessoa que, como eu, já está há tanto tempo fora. Mas, sobretudo, é algo fundamental para minha família, que encontrou em Minas um ótimo ambiente para desenvolver todo tipo de atividade.

Minha família ilustra bem minha carreira. Tenho três filhos, uma nascida na Itália, uma nascida na Inglaterra e um, no Brasil, país de onde também é natural a minha esposa Luciane. São cidadãos do mundo, que estão em Minas há mais tempo do que estiveram em qualquer outro lugar, vivenciando aquilo de que mais gostam, interagir com novas culturas e viver em meio à diversidade. Aqueles



que convivem comigo sabem que sou uma pessoa simples. No pouco tempo que tenho, quando não estou trabalhando, gosto de praticar atividades esportivas, como o tênis, e de me dedicar à família. Acredito que a vida do executivo seja naturalmente intensa. Por isso, é necessário ter um ambiente familiar harmônico e sereno, que favoreça o equilíbrio no dia a dia. Essa é mais uma razão pela qual sou muito grato a Minas Gerais, Estado que espontaneamente contribuiu para deixar minha família tranquila e bem ambientada.

Tudo o que consegui até hoje é resultado do trabalho conjunto com a minha esposa. Enquanto dediquei e continuo dedicando 100% da minha energia ao trabalho, ela é a responsável por administrar a minha vida pessoal e está à frente de todas as importantes questões familiares, várias destas envolvem mudanças de país, conhecimento de novas culturas, línguas, escola, novas relações e vários outros aspectos. Alguns de vocês, talvez todos, sabem do que estou falando. São trabalhos que se complementam, de forma que só pude construir de um lado, porque ela estava trabalhando com total zelo e dedicação do outro.

Costumo dizer que minha trajetória em Minas Gerais está diretamente relacionada com a minha carreira. Ao longo dos anos, vieram os resultados, que podem não ser tão grandes, comparados com a grandeza de Minas, mas são fruto de compromisso e trabalho sério desempenhado com esmero, diariamente. São resultado também da própria laboriosidade do povo mineiro, que, apesar do jeito mais calado, nesse sentido até com certa afinidade com o piemontês, muitas vezes até introspectivo, quando se envolve, se motiva, veste a camisa e coloca o coração em tudo o que faz. Não é à toa que este é o Estado de onde saíram pessoas que transformaram a realidade do País, a exemplo de Tancredo Neves, e foram referência de empreendedorismo, como Santos Dumont e Juscelino Kubitschek.

Na Fiat Automóveis, como Diretor Industrial, participei da importante etapa de lançamento da segunda geração da família Palio. Esse veículo foi, em grande parte, responsável por impulsionar as vendas da montadora no Brasil, ajudando a fazer da empresa, com o passar dos anos, a líder do mercado nacional.

Mas o tempo da Iveco é o que gera em mim o maior orgulho, diante das realizações que, em conjunto com um time de mais de 3 mil profissionais, alcançamos. Ao longo de seis anos, conseguimos colocar a Iveco no posto de protagonista em que a marca merece estar. A empresa é hoje a que apresenta as maiores taxas de crescimento do seu segmento e uma das principais forças do mercado de veículos comerciais. Para construir essa realidade, foi necessário muito trabalho e inovação.

Um dos maiores passos nesse sentido foi dado em 2008, quando inauguramos, em Sete Lagoas, o primeiro centro de desenvolvimento do produto da Iveco fora da Itália. Essa estrutura nos permite hoje lançar veículos que realmente têm a cara dos nossos clientes no Brasil, adaptados a todas as necessidades e particularidades desse mercado.

Posteriormente, inauguramos nossa linha de caminhões pesados e preparamos uma diversificação ainda maior do nosso “business”, com a fabricação de ônibus e veículos de defesa. Futuramente, poderemos também trazer para o Estado a produção de veículos de combate a incêndio, da Iveco Magirus, que atualmente são fabricados na Alemanha. Somos hoje uma fabricante “full liner”, com soluções de ponta para cada segmento do mercado, modestamente.

Mas não só o nosso crescimento como empresa é motivo de alegria. Temos também um grande orgulho de perceber que, ao longo do tempo, a cidade de Sete Lagoas vem se desenvolvendo juntamente com a nossa marca. Hoje o Município é uma vitrine mundial na concepção e fabricação de veículos comerciais. Procuramos estabelecer com a cidade uma relação de verdadeira parceria, que extrapola a criação de emprego e a geração de renda. Para isso, a Iveco mantém na cidade o programa Próximo Passo, que engloba uma série de ações visando ao desenvolvimento sustentável. Por meio dessa iniciativa, implantamos projetos de empregabilidade, cultura, preservação de recursos naturais, esporte e educação para crianças, entre vários outros. Costumamos dizer que estamos ligados a tudo o que é importante para o cidadão de Sete Lagoas. Recentemente, aliás, passamos a ter a nossa marca estampada na camisa do Democrata, time local com o qual assinamos um contrato de patrocínio para o Campeonato Mineiro.

Afinal, a história de Minas Gerais, seus cidadãos e do grupo Fiat, tanto no lado automotivo quanto no industrial, já pode ser considerada indissociável. Tenho grande orgulho de fazer parte dessa história e de, após 27 anos de trabalho fora do meu país, ter forças para assumir mais um grande desafio, na Fiat Industrial para a América Latina. Nesta nova empresa, da qual tenho a honra de estar agora à frente, estão incluídas não somente a Iveco como também a FPT Industrial, a New Holland Construction, a New Holland Agriculture, a Case e a Case IH.

Claro que Minas Gerais, sendo o segundo maior Estado do Brasil em extensão rodoviária, com participação expressiva nos setores agrícola e de construção, será cada vez mais um grande parceiro nosso. Estou certo de que o futuro trará o fortalecimento dos laços sólidos que já existem entre os mineiros e o grupo Fiat e que juntos alcançaremos grandes conquistas. Afinal, como disse um grande poeta desta terra, Carlos Drummond de Andrade, “se pensarmos pequeno, coisas pequenas teremos. Mas se desejarmos fortemente o melhor e principalmente lutarmos pelo melhor, o melhor vai se instalar em nossa vida”. Muito obrigado a todos.

Apresentação Musical

A locutora - Ouviremos agora uma apresentação musical dos músicos Fábio Lopes e Rafael Marceles, do Grupo Amadeu, que interpretarão as músicas “Cinema Paradiso”, de Ennio Morricone, e “Oh, Minas Gerais”, com letra de José Duda de Moraes.

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Deputado Agostinho Patrus Filho, Secretário de Turismo e autor do requerimento que deu origem à concessão do título, representando o Governador do Estado de Minas Gerais, Antonio Anastasia; Marco Mazzu, Presidente da Fiat Industrial Latin America; Eduardo Azeredo, Deputado Federal e ex-Governador do Estado; Marcelo de Souza e Silva, Secretário Municipal Adjunto de Desenvolvimento Econômico de Belo Horizonte, representando o Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Marcio Lacerda; e Exma. Sra. Maria Pia Calisti, Consulesa da Itália em Belo Horizonte.

Iniciamos a nossa fala dizendo que a produção de automóveis ocupa posição central na economia de Minas Gerais, que se destaca por seu grande potencial de crescimento no setor.

O Sr. Marco Mazzu, atual presidente da Fiat Industrial Latin America, tem, com seu arrojado e criterioso trabalho, trazido grandes benefícios a nosso Estado. Essa valiosa contribuição para o desenvolvimento econômico e social de Minas Gerais rendeu-lhe o título

de cidadão honorário, símbolo do reconhecimento, da hospitalidade e do carinho de nosso povo, que a Assembleia Legislativa tem a honra de entregar nesta bela solenidade.

À frente da Iveco, fabricante de caminhões da Fiat, desde 2007, Marco Mazzu tem grande parcela de responsabilidade pelos recentes êxitos da empresa. Sob sua hábil direção, o empreendimento tem experimentado constante expansão, ocupando hoje o quarto lugar no mercado de caminhões no País, oferecendo sempre produtos de grande qualidade e adequados às necessidades e expectativas de seus clientes.

Natural de Turim, na Itália, o engenheiro eletricista e detentor de um MBA em administração reside no Brasil desde 1991, quando aqui chegou para exercer a função de Diretor Industrial da Elevadores Otis. Sua excelente atuação na empresa resultou na sua contratação pela Fiat, também como Diretor Industrial. Em 1996 já desempenhava papel de grande importância, tendo sob sua responsabilidade o início da produção mundial do modelo Palio.

Após breve temporada na Fiat Auto, na Itália, Marco Mazzu retornou ao Brasil em 2002 e assumiu, em Curitiba, o posto de Diretor-Superintendente da Case New Holland - CNH -, companhia de maquinaria agrícola e de construção pesada de origem norte-americana. Comandando o setor de tratores e máquinas agrícolas da CNH na América do Sul, Marco Mazzu colheu resultados altamente positivos e foi indicado para a Presidência da área agrícola da CNH-Europa, em 2005, vindo mais tarde a assumir a responsabilidade da marca New Holland agrícola em nível mundial.

A escolha desse competente executivo para presidir a Iveco em 2007 marcou uma verdadeira guinada no papel da empresa no Brasil. Sua criteriosa gestão deu impulso inédito à produção, que triplicou em quatro anos, e às vendas, que, entre 2007 e 2011, subiram de 3.100 caminhões por ano para 16 mil veículos anuais.

Confiante no potencial de crescimento do País, sob a liderança de Marco Mazzu, a Iveco traçou um ambicioso ciclo de investimentos pesados, envolvendo estrutura, pessoas e produtos. O plano de expansão rendeu frutos, tornando a Iveco a empresa mais dinâmica em seu ramo no mercado nacional. Parte do sucesso se deve, certamente, à excelência de seus profissionais, já que a atual gestão valoriza a qualificação da mão de obra, essencial para o aumento da produtividade e da lucratividade. No ano passado, a Fiat, que já detinha 88% das ações da Case New Holland, com planta em Contagem, adquiriu o percentual restante, fundindo a companhia à Iveco. A empresa então passou por várias mudanças em sua estrutura, reformas necessárias para promover a integração da Case New Holland global. Ao cabo desse processo de reformulação, Marco Mazzu foi nomeado chefe de operações da Fiat Industrial na América Latina, em razão de suas notáveis competências técnicas e de sua capacidade de liderança. A fusão impulsionará ainda mais o crescimento da Fiat Industrial na América Latina, que passará a ter uma estrutura de capital mais simples e racional e poderá listar suas ações na Bolsa de Nova York.

A Iveco chega a 2013 tendo cumprido todas as metas traçadas, quando Marco Mazzu assumiu a Presidência, cheia de planos para, no futuro, continuar crescendo e impulsionando a economia de Minas Gerais. Prevista para este ano está a implantação de uma fábrica de veículos de defesa para o Exército, iniciativa de enorme relevância social e econômica, pois gerará milhares de empregos diretos e indiretos.

A empresa pretende ampliar ainda mais a capacidade da fábrica de Sete Lagoas e acelerar a implantação do condomínio de fornecedores, transformando-o em um polo automotivo, em parceria com a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemig –, que realizará as obras estruturais. A sustentabilidade da produção, que há muito pauta as escolhas da Iveco, será fundamental no condomínio, que prevê o tratamento ambientalmente correto dos efluentes e resíduos e o respeito à fauna e à flora locais. É o aspecto ecológico.

O compromisso e a determinação de Marco Mazzu certamente são, em grande medida, a chave do sucesso da Iveco. Este Parlamento, em reconhecimento à atuação deste talentoso executivo, outorgou-lhe, em 2010, a Medalha do Mérito Legislativo, entregue no momento em que se comemorava uma década da fábrica da Sete Lagoas. Agora, o Poder Legislativo de Minas tem a satisfação de conceder-lhe o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais.

Parabéns, Dr. Marco Mazzu. Receba esta humilde homenagem dos mineiros, que nada mais é que a “externalização” de seus elevados méritos pessoais, de sua visão de negócios, de seu talento de gestão, que enche de orgulho os corações do povo mineiro. O Secretário Agostinho Patrus foi muito feliz de elaborar o requerimento que foi aprovado, e, agora, concedemos este título. Muito obrigado pela presença de vocês.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 12, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 12/3/2013.) Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/3/2013

Às 10h7min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ivair Nogueira, Celinho do Sinttrocel e Gustavo Valadares, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Carlos Pimenta e Duarte Bechir. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ivair Nogueira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Celinho do Sinttrocel, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento das seguintes correspondências: ofícios da Sra. Raquel Pacheco Ribeiro de Souza, Promotora de Justiça, encaminhando cópia do relatório que decidiu pelo arquivamento do procedimento preparatório relativo à manutenção e operacionalização das balanças controladas pelo DER-MG em Monte Carmelo; e dos Srs. Oliveira Santiago Maciel, Chefe do Detran-MG, encaminhando cópia de memorando da Coordenação de Educação de Trânsito desse Departamento, o qual



informa que as sugestões sobre planejamento do trânsito de veículos na Capital são feitas somente pelos técnicos especializados da BHTRANS; Rômulo de Carvalho Ferraz, Secretário de Estado de Defesa Social, e Júlio César dos Santos Esteves, Secretário de Estado da Casa Civil em exercício, encaminhando cópia de memorando da Subsecretaria de Promoção da Qualidade e Integração do Sistema de Defesa Social, o qual informa os resultados obtidos pela campanha Sou pela Vida. Dirijo sem Bebida; da Prefeitura Municipal de Araxá e da Asttran, juntamente com a direção do Fórum Mineiro e a Regional Minas da Associação Nacional de Transportes Públicos, convidando os membros desta Comissão a participar da 57ª Reunião do Fórum Mineiro de Gerenciadores de Transporte e Trânsito, em 7 e 8/3/2013, no Município de Araxá; e de correspondências publicadas no “Diário do Legislativo”, nas datas mencionadas entre parênteses: da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil (30/11/2012), (13/12/2012), (21/12/2012), (22/12/2012) e (16/02/2013); do Sr. Aloísio Alves, Procurador do Trabalho (30/11/2012); do Movimento Acorda Neves (30/11/2012); dos Srs. Adolfo Garrido, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Públicos em Transportes e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais (22/12/2012); Daniel Miranda Saboia, servidor público (2/2/2013); Joselito Rodrigues de Castro, Diretor Executivo da Nascentes das Gerais (2/2/2013); Júlio César dos Santos Esteves, Secretário de Estado da Casa Civil em exercício (2/2/2013) (8/2/2013); Ramon Victor Cesar, Presidente da BHTRANS (2/2/2013); Hélber Leite Lopes, Assessor Parlamentar (28/2/2013); Júlio Delgado, Deputado Federal (28/2/2013). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.854, 3.871, 3.986, 3.987, 4.004, 4.095, 4.096, 4.105, 4.159 e 4.176/2012; 4.212, 4.237, 4.258 e 4.263/2013. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.284/2011, 2.908, 2.953, 3.371 e 3.425/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados Fred Costa (2) em que solicita seja realizada audiência pública desta Comissão conjuntamente com as Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização e de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo para debater o novo sistema de transporte sobre trilhos de abrangência metropolitana na RMBH, a ser operada por meio de uma parceria público privadas; e em que solicita seja realizada audiência pública para discutir os projetos de trânsito possíveis para a reforma do Anel Rodoviário, em Belo Horizonte; Celinho do Sinttrocel (4) em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação da ponte sob o Rio Piracicaba, entre Timóteo e Coronel Fabriciano, interditada pelo DNIT; em que solicita seja encaminhado ao Superintendente Regional do DNIT pedido de providências para que decreta estado de emergência na reforma da ponte sob o Rio Piracicaba que liga os Municípios de Coronel Fabriciano e Timóteo; em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para a realização de obras de recuperação e melhoramento na MG-424, que liga Vespasiano a Sete Lagoas e passa por Municípios como Matozinhos e Pedro Leopoldo; e em que solicita seja encaminhado ao Ministro dos Transportes pedido de providências para que marque uma reunião para tratar da suspensão do processo licitatório das obras da BR-381, no trecho que liga Belo Horizonte a Governador Valadares; Rogério Correia em que solicita à Comissão que apresente projeto de lei com o objetivo de estadualizar a rodovia municipal Francisco Antônio da Costa, que liga o Município de São José da Lapa ao Município de Ribeirão da Neves, e que visite a Setop com o objetivo de apresentar o referido projeto; Dalmo Ribeiro Silva (2) em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Ouro Fino com vistas a discutir a necessidade da inclusão do trecho que liga os Municípios de Ouro Fino e Santa Rita de Caldas no programa Caminhos de Minas; e em que solicita seja encaminhado à Setop pedido de providências para a inclusão no programa Caminhos de Minas do trecho da Rodovia MG-173 próximo ao Bairro Rodeio, que liga o Município de Sapucaí-Mirim ao Município de São Bento do Sapucaí (SP); Carlos Pimenta (2) em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Francisco Sá para debater a situação precária da BR-251, que passa por Montes Claros e Francisco Sá, até a BR-116, e a construção do Anel Rodoviário do Município de Montes Claros; e em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Três Pontas para debater a construção da terceira pista na MG-167, que liga Três Pontas a Varginha, o programa Caminhos de Minas no Sul do Estado, o funcionamento do aeroporto de Varginha, as linhas aéreas de transporte de passageiros e a situação das rodovias federais da região; Ivair Nogueira (3) em que solicita seja encaminhado Setop pedido de providências para que seja incluído no programa Caminhos de Minas o trecho que liga o Distrito de Santa Cruz do Prata, no Município de Guaranésia, ao entrocamento da Rodovia BR-146; em que solicita seja realizada audiência pública para debater a proposta do governo do Estado de estadualizar as rodovias federais; e em que solicita seja realizada audiência pública com a finalidade de obter informações sobre o cronograma das obras de implantação do Rodoanel, bem como a participação e a responsabilidade dos órgãos federal, estadual e municipal no processo de contratação e elaboração do projeto executivo; Célio Moreira em que solicita seja encaminhado ao DER-MG pedido de providências com vistas à realização de operação tapa-buracos, substituição das placas de sinalização e instalação de muretas na MG-424, no trecho entre os Municípios de Belo Horizonte e Pedro Leopoldo; Alencar da Silveira Jr. em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater as permissões de táxi da Capital no que tange à possibilidade de transferência de titularidade e às possíveis irregularidades na execução de processos licitatórios para as novas permissões no Estado; João Vítor Xavier em que solicita seja realizada audiência pública para debater a prestação de serviço de transporte intermunicipal entre Caeté, Rio Acima, Nova Lima, Raposos e Belo Horizonte, pela empresa Saritur. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de março de 2013.

Ivair Nogueira, Presidente - Gustavo Valadares - Anselmo José Domingos - Celinho do Sinttrocel.



ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/3/2013

Às 10h8min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Costa, Leonídio Bouças, André Quintão, Dalmo Ribeiro Silva, Luiz Henrique e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Joaquim Herculano Rodrigues, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, publicado no “Diário do Legislativo” de 22/12/2012, e Marcos Carneiro da Silva, Delegado do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais, em que requer sejam analisadas as sugestões dos serventuários da justiça e as propostas de emenda aos Projetos de Lei nºs 3.342/2012 e 3.540/2012. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.664, 3.681, 3.704, 3.708, 3.714, 3.721, 3.729, 3.743, 3.748, 3.758, 3.771, 3.777, 3.793, 3.795 e 3.796/2013 (Deputado Gustavo Perrella); 3.658, 3.663, 3.673, 3.698, 3.700, 3.707, 3.718, 3.719, 3.740, 3.749, 3.760, 3.770, 3.773, 3.775, 3.781, 3.782, 3.791 e 3.804/2013, e, em virtude de redistribuição, o Projeto de Lei nº 3.632/2012 (Deputado Luiz Henrique); 3.659, 3.662, 3.668, 3.676, 3.679, 3.685, 3.690, 3.706, 3.710, 3.731, 3.733, 3.750, 3.755, 3.769, 3.786, 3.787, 3.790, 3.798, 3.800, 3.803 e 3.807/2013 e, em virtude de redistribuição, o Projeto de Lei nº 3.654/2012 (Deputado Juarez Távora); 3.674, 3.675, 3.694, 3.703, 3.705, 3.720, 3.730, 3.734, 3.751, 3.752, 3.756, 3.764, 3.767, 3.776/2013 e, em virtude de redistribuição, os Projetos de Lei nºs 790/2011 e 3.633/2012 (Deputado LeonídioBouças); 3.655, 3.666, 3.667, 3.683, 3.686, 3.696, 3.701, 3.716, 3.726, 3.727, 3.728, 3.738, 3.747, 3.757, 3.759, 3.765, 3.772, 3.774, 3.778/2012, 3.779, 3.780, 3.792, 3.794, 3.801 e 3.806/2013 e, em virtude de redistribuição, o Projeto de Lei nº 3.624/2012 (Deputado André Quintão); 3.657, 3.691, 3.692, 3.697, 3.725, 3.745, 3.788 e 3.799/2013 e Projeto de Lei Complementar nº 34/2013 (Deputado SebastiãoCosta); 3.656, 3.665, 3.669, 3.670, 3.671, 3.672, 3.677, 3.678, 3.680, 3.682, 3.688, 3.687, 3.689, 3.693, 3.702, 3.742, 3.746, 3.754, 3.761, 3.763, 3.789, 3.797 e 3.809/2013, Projeto de Lei Complementar nº 36 e, em virtude de redistribuição, os Projetos de Lei nºs 3.641 e 3.653/2012 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 3.696/ 2013 é retirado de pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado André Quintão, aprovado pela Comissão. É aprovado requerimento do Deputado Luiz Henrique em que solicita seja alterada a ordem do dia para que o Projeto de Lei nº 3.745/2013 seja apreciado em primeiro lugar na 1ª Fase. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.745/2013 (relator: Deputado Sebastião Costa), e, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.549/2012 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado André Quintão, em virtude de redistribuição); e, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.692/2013 (relator: Deputado Sebastião Costa); 2.862/2012 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição); 3.084 e 3.652/2012 (relator: Deputado André Quintão); 3.693/2013 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva). O parecer sobre o Projeto de Lei Complementar nº 34/2013 , no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo respectivo relator, Deputado Sebastião Costa. É convertido em diligência à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 3.608/2012 (relator: Deputado Luiz Henrique). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 623/2011, 2.792, 2.793 e 3.387/2012 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição); 3.239, 3.312, 3.643, 3.645, 3.636, 3.637, 3.648, 3.650 e 3.651/2012 (relator: Deputado André Quintão, os cinco últimos em virtude de redistribuição); 2.484/2011 e 3.629 e 3.644/2012 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em virtude de redistribuição); 2.693 e 1.520/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa, o primeiro em virtude de redistribuição); 1.289/2011, 3.349, 3.639 e 3.698/2012 (relator: Deputado Luiz Henrique). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos em que se solicita sejam baixados em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 790/2011, 3.624, 3.630, 3.632, 3.638, 3.640, 3.641, 3.642 e 3.653/2012; e à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e ao autor o Projeto de Lei nº 3.633/2012 . Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de março de 2013.

Sebastião Costa, Presidente - Luiz Henrique - Gustavo Perrella - Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/3/2013

Às 10h11min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Célio Moreira, Duarte Bechir e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: "e-mail" do Sr. Carlos Alberto, encaminhado por meio do “Fale com a Assembleia”, em que questiona a respeito da regulamentação que incidirá sobre sua propriedade, tendo em vista a divergência entre as regras do novo Código Florestal Brasileiro e da Lei Florestal Mineira; e comunicação do Bloco Transparência e Resultado, publicada no “Diário do Legislativo” de 27/2/2013. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais



designou os relatores citados a seguir: em turno único, o Projeto de Lei nº 265/2011 e, em 1º turno, os Projetos de Lei nºs 1.031 e 2.321/2011 (Deputado Sávio Souza Cruz); 276/2011 (Deputado Célio Moreira); 873/2011 (Deputado Duarte Bechir); 977 e 2.435/2011 (Deputado Gustavo Corrêa); 1.060 e 1.273/2011 (Deputado Rômulo Veneroso), todos em virtude de redistribuição. Passe à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. A Presidência recebe os requerimentos dos Deputados Ivair Nogueira em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 3.687/2013, que dispõe sobre a alteração dos limites do Parque Estadual da Serra do Papagaio, localizado nos Municípios de Aiuruoca, Alagoa, Baependi, Itamonte e Pouso Alto, e Ulysses Gomes em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, no Município de Luminárias, para debater a regularização ambiental das mineradores de quartzito da Região Sul, envolvendo os Municípios de Luminárias, Baependi, São Tomé das Letras, Carrancas, São Bento Abade e Cruzília. Submetido a votação é aprovado o requerimento do Deputado Fred Costa em que solicita seja realizada reunião de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para discutir os "lixões" existentes na Capital e o descarte irregular de diversos materiais. Na fase de votação do requerimento dos Deputados Rogério Correia e Glaycon Franco em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.405/2012, que dispõe sobre a remarcação da área e perímetro do Parque Estadual Serra do Ouro Branco, é aprovado o requerimento do Deputado Duarte Bechir em que solicita o adiamento da votação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de março de 2013.

Célio Moreira, Presidente – Duarte Bechir – Sávio Souza Cruz.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/3/2013

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 1.113/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Prodemge as notas taquigráficas da 30ª Reunião Extraordinária dessa Comissão e pedido de informações sobre os resultados colhidos pelo Sistema de Registro Automático de Veículos no período 2005-2011, no que diz respeito aos serviços públicos disciplinados no art. 3º da Lei no 18.037, de 12/1/2009. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.129/2011, do Deputado Sebastião Costa, em que solicita a inserção nos anais da Casa de matéria veiculada no jornal "Estado de Minas" de 28/5/2011, intitulada "Renegociação Necessária", do Deputado Federal Eduardo Azeredo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.202/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de informações sobre o processo administrativo instaurado contra o Sd. PM José Espínola Bittencourt Mendonça. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.343/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Comando da 15ª Cia. do 49º BPM pedido de informações, por meio de relatório mensal, sobre as ocorrências em sua área, de janeiro deste ano até a presente data, as quais não foram recebidas com celeridade pelo Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.367/2011, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado à Secretaria Extraordinária de Gestão Metropolitana pedido de informações sobre a efetiva operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH -, cuja finalidade seria disponibilizar recursos financeiros para a execução de ações de desenvolvimento urbano nas áreas conurbadas da RMBH, sobretudo no campo da infraestrutura, tendo em vista o estado de carência de infraestrutura urbana no Bairro Castanheiras, localizado na divisa dos Municípios de Belo Horizonte e de Sabará. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.368/2011, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros de Minas Gerais pedido de cópia do laudo técnico pericial que permitiu a liberação do alvará de funcionamento das empresas Atento, Alma, Viva, Master, Brasil, Contax e AeC, que atuam no setor de teleatendimento em Belo Horizonte. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.



Votação do Requerimento nº 1.369/2011, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento pedido de informações sobre os casos de cancelamento de contratos firmados entre o governo do Estado e empresas de teletendimento nos últimos oito anos, em virtude de precárias condições de trabalho, e sobre o controle e a análise desse trabalho no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.370/2011, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado ao Departamento Estadual de Telecomunicações pedido de cópia de relatório crítico da atuação das empresas de teletendimento que se encontram em regular funcionamento no Estado nos últimos 24 meses. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.371/2011, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de cópia de todos os contratos firmados entre essa Companhia e empresas de teletendimento nos últimos 24 meses. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.372/2011, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado à Copasa-MG pedido de cópia de todos os contratos firmados entre essa Companhia e empresas de teletendimento nos últimos 24 meses. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.373/2011, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Governo pedido de informação sobre o número de profissionais formados em Libras nas Secretarias do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.401/2011, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao DER-MG pedido de informações sobre a previsão de instalação de passarelas na MG-424. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.402/2011, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes pedido de informações sobre a previsão de instalação de passarelas na MG-424. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.403/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita sejam encaminhados à Chefia da Polícia Civil as notas taquigráficas da 14ª Reunião Extraordinária dessa Comissão e pedido de informações sobre as providências tomadas por essa Polícia em relação à apreensão de drogas realizada pela PMMG em 27/7/2011. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.404/2011, da Comissão de Minas e Energia, em que solicita seja encaminhado à Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Jequitinhonha pedido de informações sobre a observância, por parte da Anglo American, no empreendimento denominado Projeto Minas-Rio, referente à lavra de minério de ferro no Município de Conceição do Mato Dentro, do plano diretor desse Município e sobre o respeito aos limites de unidades de conservação federais, estaduais e municipais na região. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.407/2011, da Comissão de Minas e Energia, em que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de informações sobre a média mensal de cortes de energia realizados no Estado por falta de pagamento; sobre o perfil socioeconômico predominante das famílias que se encaixam nessa situação; sobre as regiões do Estado onde o corte por falta de pagamento é mais frequente; sobre o tempo médio para que as famílias regularizem sua situação e tenham a energia religada. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.451/2011, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Cultura e ao Iepha pedido de informações sobre as ações atualmente desenvolvidas pelo Poder Executivo Estadual para garantir a eficácia do inscrito no inciso VI, art. 6º, da Lei nº 11.726, de 1994. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.454/2011, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes pedido de informações sobre o estudo técnico que estipulou as velocidades máximas e os nomes dos responsáveis pela instalação dos radares e das placas de sinalização na Rodovia MG-424. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.455/2011, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao DER-MG pedido de informações sobre o estudo técnico que estipulou as velocidades máximas e os nomes dos responsáveis pela instalação dos radares e das placas de sinalização na Rodovia MG-424. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.465/2011, do Deputado Gilberto Abramo, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de informações sobre os índices de violência contra a mulher e de "bullying" escolar nos últimos 5 anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.558/2011, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao Iepha-MG pedido de informações sobre o conteúdo da Nota Técnica DCR nº 007/2011, notadamente quanto à base legal para a emissão de tal parecer e os critérios utilizados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.596/2011, do Deputado Sávio Souza Cruz, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de informações sobre as providências tomadas para a aplicação da Lei Federal nº 11.645, de 10/3/2008, na rede pública de ensino do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.600/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Polícia Civil pedido de informações sobre inquéritos policiais que investigam a prática de infanticídio entre os maxacalis no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.631/2011, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de informações sobre a aplicação da Lei nº 9.401, de 1986. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.634/2011, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico pedido de informações, com o cronograma físico, sobre as obras de construção de gasoduto entre os Municípios de São Carlos, Uberaba e Uberlândia. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.



Votação do Requerimento nº 1.682/2011, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de informações sobre a regulamentação da Lei nº 18.874, de 2010, e a implementação da Política de Atenção Integral à Saúde do Homem no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.683/2011, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao Sistema Estadual de Meio Ambiente e à Secretaria de Governo pedido de informações para que enviem a relação dos Municípios que dispõem de órgãos exclusivos para gestão ambiental e dos que contam com Conselhos Municipais de Desenvolvimento Ambiental em funcionamento. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.684/2011, da Comissão de Esporte, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Esportes pedido para que informe se há projetos esportivos destinados aos centros de convivência para dependentes químicos ou previsão da implementação de tais projetos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.704/2011, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Agricultura e ao Ima pedido de informações sobre eventuais empecilhos à imediata aplicação da Lei nº 19.583, de 2011. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.721/2011, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado à Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana pedido de providências para enviar relatório sobre o cumprimento das condicionantes e obrigações estabelecidas no termo de ajustamento de conduta firmado entre essa Superintendência e a Ecosteel Indústria de Beneficiamento Ltda. em 23/9/2011, especialmente no que tange à cláusula segunda desse documento. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.814/2011, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento pedido de informações sobre os valores arrecadados a partir da instituição, pela Lei nº 14.938, de 2003, da Taxa de Incêndio e sobre a aplicação desses valores e pedido de providências com vistas a que ao fim de cada ano civil essa Comissão receba as informações ora solicitadas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.816/2011, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado à Copasa-MG pedido de informações sobre o cronograma de implantação da estação de tratamento de esgoto e de toda a rede coletora no Município de São Joaquim de Bicas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.817/2011, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar pedido de informações sobre quais foram os equipamentos adquiridos, ao fim de cada ano civil, após a criação da Taxa de Incêndio pela Lei nº 14.938, de 2003, ao fim de cada ano civil, e sobre os valores de cada um desses equipamentos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.819/2011, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a legalidade da cobrança pelo serviço de coleta e tratamento de esgoto no Município de São Joaquim de Bicas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.855/2011, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de informações sobre quais medidas foram tomadas com relação ao ofício enviado por representantes dos Centros de Educação Continuada, em que solicitam um quadro de pessoal que assegure atendimento eficiente à comunidade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.858/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Corregedoria da Secretaria de Desenvolvimento Social as notas taquigráficas da 58ª Reunião Extraordinária dessa Comissão, os documentos que relatam denúncias de Agentes Penitenciários e pedido de informações sobre todos os casos de assédio moral e violação de direitos fundamentais neles relatados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.898/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil e ao Comando-Geral da PMMG pedido de informações sobre o andamento das investigações sobre as mortes e ameaças contra os servidores da área de segurança pública que menciona. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.911/2011, do Deputado Marques Abreu, em que solicita seja encaminhado à Diretoria-Geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre os projetos em execução da Copasa-MG para a recuperação e o monitoramento da Lagoa da Pampulha, o montante e a fonte dos investimentos previstos e a fase atual das obras. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.917/2011, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Fazenda pedido de informações sobre o débito do Estado com a empresa Sitran - Sinalização de Trânsito Industrial Ltda. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.965/2011, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Governo pedido de providências para que realize e envie a esta Casa um inventário das iniciativas descentralizadas dos Municípios na área de prevenção de desastres e de defesa civil. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.966/2011, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana pedido de informação sobre as perspectivas de retomada de trens urbanos na Região Metropolitana de Belo Horizonte, conforme proposta apresentada na 3ª Conferência Metropolitana da RMBH, bem como sobre o planejamento de investimento nesses trens em áreas de elevada concentração populacional, como Uberlândia e toda a região do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Pontal. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.



Votação do Requerimento nº 1.967/2011, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita seja encaminhado à Diretoria-Geral do Iter-MG pedido de informações sobre as terras devolutas do Estado, com envio da relação de todas elas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Genilson Ribeiro Zeferino para o cargo de Presidente da Fundação Educacional Caio Martins. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Sérgio Rodrigues Leonardo para compor o Conselho de Defesa Social. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Vilma Tomaz para compor o Conselho de Defesa Social. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Rogério Jorge de Aquino e Silva para compor o Conselho de Defesa Social. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Marcus Vinícius Gonçalves da Cruz para compor o Conselho de Defesa Social. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 21.425, que assegura ao aluno matriculado na rede pública estadual de ensino o direito de não se submeter a exame de avaliação curricular nas situações que menciona. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 21.512, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais, e as Leis nºs 14.699, de 6/8/2003, 14.941, de 29/12/2003, 16.318, de 11/8/2006, 17.615, de 4/7/2008, e 19.429, de 11/1/2001, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 21.549, que regulamenta a oferta do serviço de “couvert” no Estado e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 13/3/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 4.302/2013, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 13/3/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.134/2012, da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 13/3/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 2.573/2011, do Deputado Gustavo Valadares; 3.520/2012, do Deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.484/2012, do Deputado Sargento Rodrigues; 3.613/2012, do Deputado Rômulo Viegas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 13/3/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Mensagens n.ºs 336, 339 a 342 e 344/2012, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projetos de Lei n.ºs 1.691/2011, do Deputado Paulo Guedes; 1.859/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 1.915/2011, dos Deputados Neilando Pimenta e Fred Costa; 2.417/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 2.862/2012, do Deputado Inácio Franco; 3.084/2012, do Deputado Dilzon Melo; 3.275/2012, do Deputado Anselmo José Domingos; 3.411/2012, do Deputado Gilberto Abramo; 3.692/2013, do Tribunal de Justiça; e 3.693/2013, do Procurador-Geral de Justiça.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/3/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei n.ºs 3.597/2012, do Deputado Tadeu Martins Leite, 3.598/2012, do Deputado Paulo Guedes, e 3.605/2012, do Deputado Vanderlei Miranda.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 13/3/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 13/3/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n.º 43/2013

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Luiz Humberto Carneiro, Antônio Carlos Arantes, Inácio Franco, Rogério Correia e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/3/2013, às 13h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 12 de março de 2013.

Luiz Humberto Carneiro, Presidente “ad hoc”.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 44/2013

Nos termos regimentais, convoco as Deputadas Luzia Ferreira e Liza Prado e os Deputados Célio Moreira, Sargento Rodrigues e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/3/2013, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 12 de março de 2013.

Luzia Ferreira, Presidente “ad hoc”.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Cabo Júlio, Almir Paraca e Glaycon Franco, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/3/2013, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, o Requerimento nº 4.205/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 12 de março de 2013.

Liza Prado, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso do “Crack” e outras Drogas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Célio Moreira, Glaycon Franco, Marques Abreu e Paulo Lamac, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/3/2013, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 12 de março de 2013.

Vanderlei Miranda, Presidente “ad hoc”.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 12/3/2013, a seguinte comunicação:

Dos Deputados Lafayette de Andrada, Tiago Ulisses, Paulo Guedes e Sávio Souza Cruz - indicando membros de suas respectivas bancadas e Blocos para compor a Comissão Permanente de Prevenção e Combate ao Uso de “Crack” e outras Drogas. Pelo BTR: efetivos - Deputados Célio Moreira e Glaycon Franco, suplentes - Deputados João Leite e Doutor Wilson Batista; pelo BAM: efetivo - Deputado Marques Abreu, suplente - Deputada Liza Prado; pelo PT: efetivo - Deputado Paulo Lamac, suplente - Deputada Maria Tereza Lara; pelo PMDB: efetivo - Deputado Vanderlei Miranda, suplente - Deputado Tadeu Martins Leite (Ciente. Designo. Às Comissões.).

- O Sr. Presidente leu, na 10ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura, a seguinte Decisão da Mesa:

DECISÃO DA MESA

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 74 do Regimento Interno e considerando que:

o ano de 2013 foi definido pela Unesco como o “Ano Internacional de Cooperação pela Água”;

o uso dos recursos hídricos precisa ser feito de forma racional e sustentável, para que se garanta a sua disponibilidade para as gerações futuras;

a Assembleia Legislativa de Minas Gerais – pioneira no debate e na criação de legislação sobre o uso de recursos hídricos no Brasil – necessita fazer uma atualização das normas estaduais sobre o tema,

DECIDE:

Art. 1º - Fica criada a Comissão Extraordinária das Águas com a finalidade de realizar estudos e debates sobre a situação dos recursos hídricos do Estado; propor políticas públicas que possam promover o uso racional e sustentável dos recursos hídricos do Estado, a sua proteção e conservação; e propor a atualização dos instrumentos legais sobre a matéria.

Art. 2º - A Comissão Extraordinária das Águas, com vigência na atual legislatura, tem a seguinte composição:

Efetivo	Suplente
Dep. Almir Paraca (PT)	Dep. André Quintão (PT)



Dep. Zé Maia (PSDB)	Dep. Célio Moreira (PSDB)
Dep. Tiago Ulisses (PV)	Dep. Rômulo Veneroso (PV)
Dep. Lafayette de Andrada (PSDB)	Dep. João Vítor Xavier (PEN)
Dep. Pompílio Canavez (PT)	Dep. Adalclever Lopes (PMDB)

Parágrafo único - Ficam designados os Deputados Almir Paraca e Zé Maia, respectivamente, como Presidente e Vice-Presidente da Comissão Extraordinária das Águas.

Art. 3º - A Comissão Extraordinária das Águas desenvolverá suas atribuições em sintonia com as Comissões permanentes de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Minas e Energia, inclusive por meio de ações conjuntas.

Art. 4º - A Comissão Extraordinária apresentará à Mesa da Assembleia relatório de suas atividades.

Art. 5º - Esta decisão entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 12 de março de 2013.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique, 1º-Vice-Presidente - Hely Tarquínio, 2º-Vice-Presidente - Adelmo Carneiro Leão, 3º-Vice-Presidente - Dilzon Melo, 1º-Secretário - Neider Moreira, 2º-Secretário - Alencar da Silveira Jr., 3º-Secretário.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.733/2011

Comissão de Saúde Relatório

De autoria do Deputado Zé Maia, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Espaço Alternativo Cultural contra as Drogas, com sede no Município de Ituiutaba.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.733/2011 pretende declarar de utilidade pública o Espaço Alternativo Cultural contra as Drogas, com sede no Município de Ituiutaba, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de natureza beneficente e assistencial, que tem como escopo a recuperação de pessoas dependentes de psicotrópicos, entorpecentes e similares e sua reintegração à comunidade.

Na consecução desse propósito, a instituição realiza profilaxia social da toxicomania, a fim de prevenir ou atenuar suas complicações e consequências; promove pesquisas nas áreas de envolvimento com tóxicos e problemas sociais afins; busca a integração de seus beneficiados no mercado de trabalho; atua junto ao ensino educacional e profissionalizante para a formação de pessoal especializado na erradicação da toxicomania; combate a fome e a pobreza; apoia projetos na área da cultura e dos esportes.

Tendo em vista o relevante trabalho humanitário desenvolvido pelo Espaço Alternativo Cultural contra as drogas junto à população de Ituiutaba, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.733/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 12 de março de 2013.

Arlen Santiago, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.484/2012

Comissão de Cultura Relatório

De autoria do Deputado Sargento Rodrigues, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a União dos Militares em Cristo – Umec –, com sede no Município de Teófilo Otôni.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.484/2012 pretende declarar de utilidade pública a União dos Militares em Cristo – Umec –, com sede no Município de Teófilo Otôni, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo o desenvolvimento social, cultural e econômico da comunidade em que atua.

Na consecução desse propósito, a instituição combate a fome e a pobreza por meio da distribuição de cestas básicas; presta assistência social a pessoas em dificuldade; realiza projetos ligados à piscicultura e à construção de granjas e hortas comunitárias; promove cursos profissionalizantes e atividades de artesanato, buscando a integração de seus assistidos no mercado de trabalho; implanta programa de atendimento médico e hospitalar para pessoas carentes; fomenta a habilitação e a reabilitação de pessoas com deficiência; divulga a cultura e o esporte; orienta sobre a preservação do meio ambiente.



Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela Umec em favor das pessoas necessitadas, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.484/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 12 de março de 2013.

Luiz Henrique, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.502/2012

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do Deputado Duarte Bechir, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Plenitude, com sede no Município de Cataguases.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.502/2012 pretende declarar de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Plenitude, com sede no Município de Cataguases, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a recuperação de dependentes em substâncias psicoativas e similares.

Na consecução desse propósito, a instituição presta auxílio a pessoas necessitadas que se tornaram dependentes químicos por meio de orientação psicossocial, visando a sua recuperação e readaptação ao meio social, além de promover palestras e pesquisas voltadas para a divulgação dos problemas relacionados às substâncias que provocam dependência.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela Comunidade Terapêutica Plenitude no Município de Cataguases, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.502/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 12 de março de 2013.

Arlen Santiago, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.597/2012

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Tadeu Martins Leite, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Centro de Desenvolvimento Social Ágape, com sede no Município de Ribeirão das Neves.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.597/2012 pretende declarar de utilidade pública o Centro de Desenvolvimento Social Ágape, com sede no Município de Ribeirão das Neves, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a prestação de assistência social a famílias daquela região em situação de risco e vulnerabilidade.

Para a consecução desse propósito, a instituição incentiva o desenvolvimento sustentável, a ampliação da cidadania, a inclusão social e o resgate de valores universais; promove dinâmicas, passeios e atividades em grupo voltadas para o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pelo Centro de Desenvolvimento Social Ágape em defesa da população carente de Ribeirão das Neves, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.597/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 12 de março de 2013.

Bosco, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.598/2012****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social****Relatório**

De autoria do Deputado Paulo Guedes, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Feminina do Setor Tanque – Afesta –, com sede no Município de Porteirinha.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.598/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação Feminina do Setor Tanque – Afesta –, com sede no Município de Porteirinha, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo fomentar o desenvolvimento da Comunidade do Tanque e o bem-estar de seus moradores.

Na consecução desse propósito, a instituição realiza projetos comunitários para a geração de empregos e de renda; presta assistência social; coordena a aquisição em conjunto de bens de consumo doméstico, insumos e utensílios; promove a proteção da saúde da família, da maternidade, da infância e da velhice; orienta sobre a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais; combate a fome e a pobreza; busca habilitar e reabilitar pessoas com deficiência para integrá-las ao mercado de trabalho e ao convívio social; fomenta o desenvolvimento da educação, da cultura e do esporte.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela Afesta em favor do desenvolvimento da comunidade em que atua, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.598/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 12 de março de 2013.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.605/2012**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social****Relatório**

De autoria do Deputado Vanderlei Miranda, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Centro Comunitário de Apoio e Integração Social – Cecais –, com sede no Município de Santa Luzia.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.605/2012 pretende declarar de utilidade pública o Centro Comunitário de Apoio e Integração Social – Cecais –, com sede no Município de Santa Luzia, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo promover as melhorias necessárias ao bem-estar dos moradores do Bairro São Cosme e adjacências.

Para a consecução desse propósito, a instituição zela pela proteção da saúde da família, da maternidade, da infância e da velhice, por meio de incentivo ao aleitamento materno, de distribuição de remédios e de realização de campanhas de prevenção de doenças transmissíveis e infectocontagiosas; combate a fome e a pobreza, distribuindo alimentos e agasalhos e fomentando o plantio de árvores frutíferas e hortas comunitárias; apoia a implantação de programas agropecuários e agrícolas, com distribuição de sementes e melhoria na infraestrutura da comunidade; orienta sobre preservação do meio ambiente, com a conservação do solo e das nascentes e o plantio de árvores nativas; promove a cultura, a educação e o esporte.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pelo Cecais em Santa Luzia, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.605/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 12 de março de 2013.

Bosco, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.613/2012**Comissão de Cultura****Relatório**

De autoria do Deputado Rômulo Viegas, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Orquestra Popular Livre, com sede no Município de São João del-Rei.



A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.613/2012 pretende declarar de utilidade pública a Orquestra Popular Livre, com sede no Município de São João del-Rei, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como finalidade a preservação, a difusão, a execução, o ensino e a pesquisa da música.

Para a consecução desse propósito, a instituição mantém aulas de música para todos os interessados e participa de festividades e eventos da comunidade, fazendo apresentações de seus alunos e professores.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Orquestra Popular Livre para a preservação da cultura e da música, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.613/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 12 de março de 2013.

Elismar Prado, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 378/2011

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria do Deputado Célio Moreira, o Projeto de Lei nº 378/2011, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 654/2007, "acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 15.435, de 11/1/2005, que disciplina a utilização de câmeras de vídeo para fins de segurança".

Distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública, o projeto foi apreciado, preliminarmente, pela primeira, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, XV, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em epígrafe tem por objetivo a inclusão de dispositivo na Lei nº 15.435, de 2005, que disciplina a utilização de câmeras de vídeo para fins de segurança. Pretende-se o reconhecimento legal de hipóteses em que se poderia filmar, de maneira oculta ou sigilosa, locais, situações e pessoas.

A matéria se insere na órbita da segurança pública e contrapõe dois bens constitucionalmente protegidos: a incolumidade de pessoas e patrimônio, de um lado, e, do outro, os direitos fundamentais à liberdade e à privacidade. Pretende a proposição que esses últimos possam ser restringidos em benefício dos primeiros.

Conforme acentuou a Comissão de Constituição e Justiça em seu parecer, a matéria deve ser analisada à luz dos princípios da proteção da intimidade e da segurança pública. É que o compromisso do Estado com a defesa social não pode excluir ou minimizar direitos fundamentais. Em hipóteses como a aventada no projeto, cabe ao Estado compatibilizar, de maneira coordenada, a proteção de todos os bens jurídicos resguardados pela Constituição, sob pena de se transformar em um Estado autoritário.

Assim é que, apesar de nenhum direito se apresentar de forma ilimitada, as situações excepcionais de intervenção estatal sobre direitos fundamentais são cobertas de certos cuidados. Perceba-se que a Constituição assegura a inviolabilidade da vida privada e da intimidade das pessoas, assim como de sua casa, além de garantir a liberdade de ir e vir. A quebra desses direitos pode acontecer, mas sempre sob mandado judicial, em situações específicas e de forma restrita. Não à toa o Código Civil estabelece que a vida privada da pessoa natural é inviolável.

Recorde-se a reiterada posição do Supremo Tribunal Federal nessa área, tanto enfatizando a necessidade de autorização judicial e definição de balizas rigorosas nos casos de exceção a direitos e garantias fundamentais (por exemplo, HC 84.758, rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 25/5/2006; Inq 2.245-AgR, rel. Min. Cármen Lúcia, julgamento em 29/11/2006; RE 215.984, rel. Min. Carlos Velloso, julgamento em 4/6/2002) quanto reconhecendo a amplitude da inviolabilidade domiciliar, que envolve todo espaço privado (RHC 90.376, rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 3/4/2007; HC 82.788, rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 12/4/2005) e impede a ação estatal arbitrária.

Na proposição em exame, a privacidade e a intimidade das pessoas e, por extensão, sua liberdade de ir e vir serão afetadas, na medida em que poderão ser filmadas em situações que, a seu juízo, não deveriam ser levadas ao conhecimento de terceiros. Não é possível, sob pena de comprometer as finalidades do próprio sistema público de segurança, admitir-se o uso não amparado por autorização judicial de câmeras ocultas atingindo um número ilimitado de cidadãos, sem motivação clara e por tempo indeterminado.

Como ficou consignado no parecer da Comissão de Constituição e Justiça, a proposição redefine "a tensão que se verifica entre os dois princípios básicos informadores" da matéria "em termos tais, que, embora a regra geral seja a obrigatoriedade do aviso da utilização da câmera de vídeo, abre-se a possibilidade de se afastar essa obrigatoriedade diante da preeminência da segurança pública em situações excepcionais".

Não se questiona, portanto, a importância do uso de câmeras de vídeo para fins de segurança, mas se reconhece a necessidade de determinadas distinções no tratamento da matéria. Há que se diferenciar o uso desse equipamento em bens públicos de uso comum, em bens públicos de uso especial e em espaços privados.



O tráfego e a permanência em bens públicos de uso comum é devido a todos e não depende de autorização ou consentimento estatal. Neles, a pessoa se coloca em público e tem, por isso mesmo, seu direito à intimidade e à privacidade reduzido. Em uma praça ou rua, o cidadão sabe, de antemão, que pode estar sendo observado, e sua conduta já leva em consideração essa situação.

Nos bens públicos de uso especial e nos dominicais, bem como nos espaços privados, a situação é diversa, pois são locais resguardados, muitas vezes equiparados à condição de casa, com a respectiva proteção constitucional. Em qualquer desses lugares, a privacidade e a intimidade das pessoas é elevada, já que elas se encontrarão em espaços mais ou menos restritos. Neles, não se pode admitir que a pessoa assuma, prévia e absolutamente, o risco da exposição pública, exatamente porque o local não é de uso comum.

É evidente que tanto a administração pública quanto o particular, nos espaços sob sua responsabilidade, podem colocar câmeras de vídeo para fins de segurança. É mesmo recomendável que o façam em certos casos. Mas não podem fazê-lo sem aviso claro e preciso. A filmagem oculta ou sigilosa poderá, no entanto, ser realizada se autorizada por ordem judicial.

Assinale-se que, embora o uso do vídeo seja importante para a segurança pública, seu efeito principal é o preventivo. Nas investigações criminais ele é também importante e fica disponível para a polícia nos casos em que estiver em operação (MENDRONI, Marcelo Batlouni. “Os grupos de força-tarefa”. In: Caderno Jurídico. Escola Superior do Ministério Público. Caderno Jurídico. Ano 1, Vol 1, nº 3. Outubro/2001. ESMP. p. 122). Observe-se, aliás, que a adoção de câmeras de vídeo ocultas, em espaços restritos, não é medida preconizada no plano nacional de segurança pública, porque sua utilidade seria restrita.

Há, portanto, uma situação que não justifica a adoção da proposta em análise em sua forma original. O sistema de segurança pública não demanda essa medida drástica. O uso das câmeras de vídeo para fins de segurança pública hoje já atende, em geral, a uma função preventiva, que não fica prejudicada com a necessidade de aviso imposta pela lei, e à polícia judiciária, que pode usá-las em suas investigações. Nos raros casos em que for necessário o uso sigiloso da câmera com a omissão do aviso, a autorização judicial poderá ser fornecida prontamente.

Observe-se, por fim, que, se não há demanda pelo uso generalizado de câmeras de forma sigilosa, há espaço de ação legislativa sobre a matéria em questão. Tal como hoje se encontra, a Lei nº 15.435, de 2005, não diferencia situações. Há casos que não são, de fato, alcançados adequadamente. Assim, propomos um substitutivo para aperfeiçoar a redação da indigitada norma, centrado na especificação de hipóteses e na busca do equilíbrio entre segurança da sociedade e garantia de direitos fundamentais, sob o pressuposto de que a eficiência estatal, nesse caso, decorrerá da capacidade de o sistema de defesa social alcançar o máximo de efetividade contra a violência e a criminalidade com o mínimo de intervenção sobre o regime constitucional das liberdades.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 378/2011 na forma do Substitutivo nº 1, que apresentamos a seguir.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Altera a Lei nº 15.435, de 11 de janeiro de 2005, que disciplina a utilização de câmeras de vídeo para fins de segurança.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O art. 2º da Lei nº 15.435, de 11 de janeiro de 2005, fica acrescido dos seguintes §§ 1º a 3º:

“Art. 2º – (...)

§ 1º – O disposto no “caput” não se aplica ao uso de câmeras em bens públicos de uso comum.

§ 2º – A afixação do aviso a que se refere o “caput” poderá ser dispensada, mediante ordem judicial, quando o uso sigiloso de câmera de vídeo for imprescindível à eficácia do sistema de segurança.

§ 3º – A ordem judicial mencionada no § 2º especificará prazo e condições para o uso sigiloso de câmera de vídeo.”

Art. 2º – O art. 4º da Lei nº 15.435, de 2005, fica acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 4º – (...)

Parágrafo único – Nos casos em que se fizer uso da exceção prevista no § 2º do art. 2º, as imagens serão destruídas no prazo máximo de cento e oitenta dias, contados da data da gravação, salvo decisão judicial em sentido contrário.”

Art. 3º – O art. 8º da Lei nº 15.435, de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º – O uso de câmera de vídeo em desrespeito ao disposto nesta lei sujeitará o infrator às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal:

I – advertência escrita;

II – multa, por autuação, de 5.000 Ufemgs (cinco mil Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais);

III – suspensão temporária do uso de câmera de vídeo, pelo prazo de até cento e oitenta dias;

IV – proibição do uso de câmera de vídeo e apreensão do equipamento.

§ 1º – A fixação da sanção, em cada caso, será estabelecida levando-se em consideração a gravidade da infração, o número de pessoas atingidas e a reincidência.

§ 2º – A sanção administrativa será determinada com observância do devido processo administrativo, assegurando-se ao infrator o direito à ampla defesa e ao contraditório.”

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de março de 2013.

João Leite, Presidente – Sargento Rodrigues, relator – Leonardo Moreira – Lafayette de Andrada – Cabo Júlio.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 11/3/2013, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Cabo Júlio

nomeando Angela Cristina Sousa Freitas para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas.

Gabinete do Deputado Carlos Pimenta

exonerando Janine Miranda da Cunha Peixoto Silva do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

exonerando João Bosco da Silva Resende do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas;

exonerando Manoel Borges de Santana do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

nomeando Janine Miranda da Cunha Peixoto Silva para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

nomeando Manoel Borges de Santana para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas.

Gabinete do Deputado Inácio Franco

nomeando Fabiano Magella Lucas de Carvalho para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas.

Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 7/3/2013, que nomeou Leonardo Durães de Almeida para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 4 horas;

nomeando Joana Selme Almeida para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 4 horas.

Gabinete do Deputado Rogério Correia

exonerando Carlos Alberto Torezani do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

exonerando Luiz Ronaldo Carvalho do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

exonerando Patricia de Castro Brum do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 4 horas;

nomeando Jadir Antônio de Carvalho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Luiz Ronaldo Carvalho para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas.

Gabinete do Deputado Tadeu Martins Leite

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 9/3/2013, que nomeou Luís Alberto Caldeira Souza para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 4 horas;

exonerando Bruna Soares Giesbrecht dos Santos do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;

nomeando Bruna Soares Giesbrecht dos Santos para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas;

nomeando Luís Alberto Caldeira Souza para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando João Carlos de Godoi do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

nomeando Ângelo Eduardo Pereira para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Elisângela Lins Cardoso para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Avança Minas;

nomeando João Carlos de Godoi para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT.

AVISO DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/2012****NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 123/2012**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 4/4/2013, às 10h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço anual, através da internet, tendo por finalidade a contratação de mão de obra para prestação de serviços de condução de veículos automotores.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94 – 5º andar – Bairro Santo Agostinho – Belo Horizonte – CEP: 30190090, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 12 de março de 2013 .



Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE CONTRATO – CTO 14/2013

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Karla Marinho Buffet Ltda. Objeto: fornecimento de lanches. Vigência: 12 meses contados a partir da data da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 127/2012. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO ADT/10/2013

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Líder Táxi Aéreo S.A. – Air Brasil. Objeto: fretamento de aeronaves. Objeto do aditamento: terceira prorrogação contratual, com reajuste de preço. Vigência: de 25/5/2013 a 24/5/2014. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.